

Destaques da atuação em 2023 e 2024

- Atuação CBO e participação na coletiva de imprensa no Estado de Rondônia (caso “mutirão de cirurgia de catarata”);
- Reunião com o subprocurador do Ministério Público do Espírito Santo (ata de reunião favorável) com participação do presidente da Sociedade de Oftalmologia do Espírito Santo, Dr. Alexandre Grobbério;
- Reunião e palestra sobre os efeitos do julgamento da ADPF 131, em quase todos os Estados do país;
- Participação na Audiência Pública na Câmara dos Vereadores de Campinas (SP) “Os efeitos do julgamento da ADPF 131 e a atuação dos optometristas”;
- Participação na Reunião Plenária da Comissão da Defesa do Ato Médico do CRM/PR;
- Atuação direta no auxílio das sociedades estaduais em relação às dificuldades e demandas próprias, como:
 - Questões administrativas;
 - Levantamento de parlamentares locais;
 - Informação ao associado sobre a ADPF e como realizar denúncias, envio do parecer do Dr. Nelson Nery Junior, entre outros;
 - Participação em eventos locais das Estaduais sobre a defesa do ato médico oftalmológico.
- Melhora na busca ativa e resolução de problemas, como a rápida atuação nos casos de Rondônia, identificação do problema e medidas eficazes no Espírito Santo e informação direta aos associados por meio das sociedades estaduais;
- Com a ampliação da equipe dedicada exclusivamente ao CBO, está sendo possível contato e atendimento direto aos associados. O contato mais próximo com as sociedades estaduais e associados também permite a atuação proativa quanto às atividades de optometristas que buscam alvará sanitário em diversos municípios;
- Participação no monitoramento e na tomada de decisões quanto a projetos de lei Brasil afora;
- Análise de dados e estratégias para os fins de ampliar a celeridade e efetividade nas resoluções das demandas e no combate ao exercício ilegal da medicina.
- Reuniões com autoridades de Estado como: Procurador-geral de Justiça, Diretoria da Visa Estadual, Diretoria do Procon Estadual, Juízes e Desembargadores, Gabinetes Legislativos;
- Plantão Jurídico 24 horas, inclusive os fins de semana, para atuação rápida em casos de eventos nos fins de semana.



Dúvidas ou denúncias? O CBO quer te ouvir!

Conheça o canal de atendimento exclusivo CBO para dúvidas e denúncias!

☎ (11) 98570-0859



Departamento Jurídico do CBO

Há um trabalho sério, e muitas vezes silencioso, acontecendo por você e pela população.



Atualmente, o Departamento Jurídico do CBO recebe denúncias de todo o país por meio do WhatsApp e do e-mail oficial do setor.

Após o recebimento, a denúncia é analisada para verificar sua pertinência e a presença de provas suficientes. Caso seja considerada válida, as seguintes medidas podem ser adotadas: representação ao Ministério Público, acionamento da Vigilância Sanitária e/ou ingresso de ação judicial.

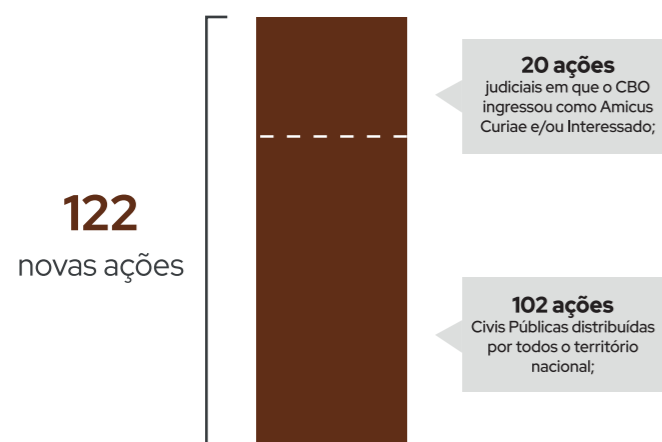
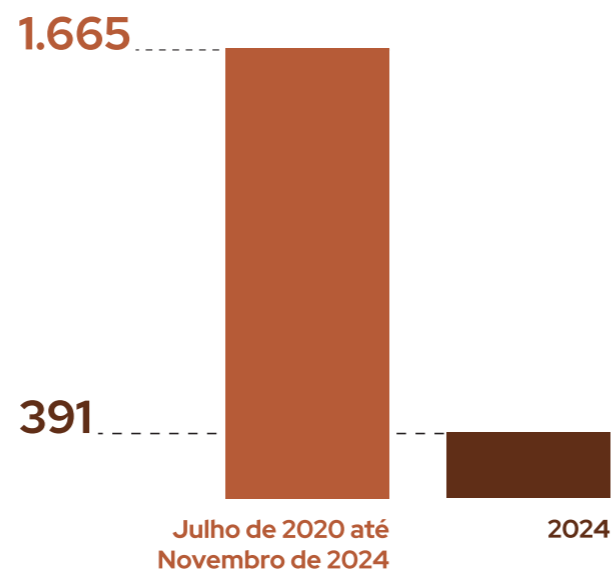
Durante essa análise, também é avaliada a possibilidade de envolver a Delegacia de Polícia,

o Procon ou outros órgãos competentes, dependendo da melhor estratégia para o caso. Em algumas situações, pode ser recomendável aguardar novas denúncias para embasar uma futura operação policial no local.

Além disso, verifica-se imediatamente a viabilidade jurídica do ingresso de uma Ação Civil Pública – ação judicial em que o CBO representa todos os oftalmologistas do país perante a Justiça – contra o profissional não médico.

Após a publicação da decisão da ADPF131 em 10/07/2020, foram enviadas 1.665 representações aos Órgãos de fiscalização

• 391 representações enviadas apenas em 2024.



Mapeamento de Ações Judiciais

Em 2024, registramos **122** ações novas, sendo:

- **20** ações judiciais em que o CBO ingressou como Amicus Curiae e/ou Interessado;
- **102** ações civis públicas distribuídas por todos o território nacional;

Além disso:

- + **de 20** notificações extrajudiciais enviadas;
- + **de 90** Ofícios enviados.

Dados Processuais por Estado

Alagoas (AL)

Ações judiciais: 15
Representações no Estado: 22
Decisões favoráveis: 05

Amapá (AP)

Ações judiciais: 01
Representações no Estado: 04
Decisões favoráveis: 0

Amazonas (AM)

Ações judiciais: 11
Representações no Estado: 12
Decisões favoráveis: 03

Bahia (BA)

Ações judiciais: 113
Representações no Estado: 206
Decisões favoráveis: 39

Ceará (CE)

Ações judiciais: 22
Representações no Estado: 22
Decisões favoráveis: 10

Distrito Federal (DF)

Ações judiciais: 45
Representações no Estado: 36
Decisões favoráveis: 14

Espírito Santo (ES)

Ações judiciais: 35
Representações no Estado: 114
Decisões favoráveis: 21

Goiás (GO)

Ações judiciais: 38
Representações no Estado: 58
Decisões favoráveis: 14

Maranhão (MA)

Ações judiciais: 25
Representações no Estado: 28
Decisões favoráveis: 04

Mato Grosso (MT)

Ações judiciais: 28
Representações no Estado: 40
Decisões favoráveis: 08

Mato Grosso (MS)

Ações judiciais: 07
Representações no Estado: 12
Decisões favoráveis: 04

Minas Gerais (MG)

Ações judiciais: 48
Representações no Estado: 80
Decisões favoráveis: 19

Pará (PA)

Ações judiciais: 26
Representações no Estado: 48
Decisões favoráveis: 08

Paraíba (PB)

Ações judiciais: 16
Representações no Estado: 58
Decisões favoráveis: 07

Paraná (PR)

Ações judiciais: 67
Representações no Estado: 29
Decisões favoráveis: 10

Pernambuco (PE)

Ações judiciais: 32
Representações no Estado: 86
Decisões favoráveis: 06

Piauí (PI)

Ações judiciais: 05
Representações no Estado: 28
Decisões favoráveis: 03

Rio de Janeiro (RJ)

Ações judiciais: 23
Representações no Estado: 64
Decisões favoráveis: 10

Rio Grande do Norte (RN)

Ações judiciais: 17
Representações no Estado: 52
Decisões favoráveis: 07

Rio Grande do Sul (RS)

Ações judiciais: 54
Representações no Estado: 88
Decisões favoráveis: 25

Rondônia (RO)

Ações judiciais: 03
Representações no Estado: 0
Decisões desfavoráveis: 2

Santa Catarina (SC)

Ações judiciais: 56
Representações no Estado: 58
Decisões favoráveis: 20

São Paulo (SP)

Ações judiciais: 356
Representações no Estado: 372
Decisões favoráveis: 152

Sergipe (SE)

Ações judiciais: 31
Representações no Estado: 60
Decisões favoráveis: 26

Tocantins (TO)

Ações judiciais: 08
Representações no Estado: 16
Decisões favoráveis: 07



Representações

Comunicações formais do CBO para denunciar irregularidades às autoridades (MP, Vigilância Sanitária, Procon) para que tomem medidas como investigações ou ações judiciais.

Ações judiciais

São processos legais movidos pelo CBO contra práticas ilegais de terceiros que afetam a oftalmologia; tendo como principal a ação civil pública, usada para defender direitos, resolver disputas ou litígios relacionados a questões legais.